cc: Recife + all enclosures
28-6-88

CEDI - P. I. B.
DATA ___/___/___
COD 25 0 000 21

F: BRZ 643
21.8

Pat Stocker
Brazil Desk
OXFAM
274 Banbuty Road
Oxford OX2 7DZ
Inglaterra

27 JUN 1988
(recd. by courrier from USA.)

20, junho, 1988

Prezada Pat Stocker,

Através de Steve Schwartzman , tive acesso ao relatório da OXFAM sobre o projeto das hidrelétricas do Xingu. Infelizmente, não tivemos a oportunidade de colaborar com a elaboração do referido documento, mas aproveito esta ocasião para tecer alguns comentários sobre a situação deste empreendimento - informações que certamente poderão contribuir com os debates do encontro do AID & ENVIRONMENT GROUP.

De fato, como observa o relatório que vocês divulgaram, a ELETRONORTE tem utilizado a suposta desistência da construção da UHE Babaquara como uma arma de propaganda e um argumento a favor da implantação da hidrelétrica de Cararaô. No entanto, a construção de Babaquara está prevista no PLANO 2010 (Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010, Relatório Geral, MME/ELETROBRAS, Rio de Janeiro, dezembro de 1987 - cf. em anexo relação das hidrelétricas planejadas), e, como observou também Robert Goodland (do Departamento de Meio Ambiente para América Latina, do Banco Mundial), uma vez construída a UHE Cararaô, Babaquara é a solução economicamente mais viável.

Acervo ISA

No momento, o CNEC e a ELETRONORTE estão finalizando os estudos de viabilidade da UHE Cararaô e a próxima etapa, portanto, será a do projeto básico. Antes do inicio da construção da obra a ELETRONORTE precisará ainda obter o licenciamento ambiental que é concedido através da aprovação do Relatório de Impacto Ambiental - e este é outro forte ponto de pressão de que dispomos. O início da construção está previsto para 1993 (segundo o estudo " UHE Cararaô. Estudos de Viabilidade . Panorama Atual." ELETRONORTE/CNEC, Brasília, janeiro de 1988 - cf. cronogramas CNEC, em anexo) e acreditamos que parte do financiamento virá de bancos privados, talvez japoneses. Neste sentido, estaremos entrando em contato, nos próximos meses, com NGOs japoneses para discutirmos que tipo de cooperação poderemos desenvolver.

De qualquer forma, mesmo reconhecendo que , enquanto projeto individual, a UHE Cararaô não será financiada pelo Banco Mundial, temos desenvolvido um esforço no sentido de pressionar o Banco, especialmente no caso da segundo empréstimo setorial, que deverá ser analisado pelo Banco em setembro próximo. Durante minha estadia em Washington(13 a 17 de junho), tive a oportunidade de conversar, juntamente com Luiz Dalla Costa (representante da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens - CRAB), com os seguintes representantes do Banco Mundial:

Robin W. Bates
Principal Economist
Infrastructure & Energy Division
LAC Country Department I

Pedro S. Malan
Executive Director (Brazil)

Paul Arlman
Executive Director

Acervo ISA

Robert Goodland
Chief, Environment
Latin America ,
colocando nossa preocupação com relação ao empréstimo.

Nossa linha de argumentação é a de que o Banco exija do Governo brasileiro maiores investimentos em conservação de energia (existe um estudo publicado pelo próprio Banco demonstrando as grandes possibilidades neste campo - Geller, Howard S. " End-Use Electricity Conservation: Options for Developing Countries", Energy Department Paper 32 , World Bank Energy Department, outubro de 1986) e na pesquisa de alternativas para a geração de energia elétrica. De outro lado, temos argumentado junto ao Banco Mundial, procurando demonstrar que o Banco é responsável também pelos projetos individuais do PLANO 2010 e nesse sentido, ele deve exigir que o Governo brasileiro demarque e homologue as terras indígenas antes do início da construção dos empreendimentos - e que o mesmo seja válido para os reassentamentos de índios e não-índios. Insistimos ainda que as indenizações pela inundação de territórios indígenas devem ser em terra, não em dinheiro ou programas de assistência. Nos casos da UHE Tucuruí (Parakanã) e da UHE Balbina (Waimiri-Atroari), as "indenizações" foram concedidas sob a forma de programas de assistência, administrados pela FUNAI. Na nossa opinião, este procedimento é extremamente incorreto e uma extensa análise sobre esta questão será apresentada no dossiê que estaremos publicando no próximo mês. As "indenizações" que deveriam ser destinadas aos povos indígenas, acabam por ser administradas por um orgão como a FUNAI reconhecidamente incapacitado para tal e com uma história de corrupção largamente conhecida pela opinião públicanacional e internacional . Como uma segunda crítica, saliento que, na verdade,tais "indenizações" vêm sendo utilizadas para suprir a falta de verbas das

Acervo ISA

agências regionais da FUNAI, oferecendo ao índios algo a que eles já têm direito por lei (assistência médica, educacional, "projetos comunitários").Várias outras questões poderiam ser levantadas em relação a este tema como foi feito no referido dossiê, mas eu gostaria de salientar aqui, apenas como último ponto, que a crítica de fundo que fazemos a tais indenizações e que elas representam a política do fato consumado, muito comum no Brasil: não há mais nada a ser feito, nada pode ser modificado, só nos resta "remediar" com "indenizações" de efeito cosmético.

Voltando a questão do empréstimo setorial, gostaria de acrescentar que estive presente a dois dias de reuniões (13 e 17 de junho) com as entidades Environmental Police Institute, Sierra Club, Natural Resources Defense Council, Environmental Defense Fund e National Wildlife Federation, onde decidiu-se que este seria um dos temas centrais do trabalho que tais entidades desenvolverão este ano. Neste sentido, Steve Schwartzman e eu levantamos os pontos principais a serem utilizados na campanha, que nesta primeira etapa constituirá-se no envio de cartas pelas NGOs aos diretores executivos do Banco Mundial que representam seus países. Steve ficou responsável pela articulação do movimento nos Estados Unidos, ao mesmo tempo que Wouter J. Veening (World Conservation Strategy/ The International Union for Conservation of Nature and Natural Resources) desenvolveria esta proposta na Europa. Voltando ao Brasil, deveremos na Comissão Pró-Indio entrar em contato com as NGOs nacionais e iniciar este processo de envio de cartas ao presidente do Banco Mundial e ao diretor executivo do Brasil, Pedro Malan.

Em relação a campanha do Xingu, gostaria de informar-lhe que o livro deverá estar pronto em julho e o lançamento em São Paulo ocorrerá, provavelmente, em agosto. Durante nossa visita ao Pará, no mês de maio, tivemos a oportunidade de articular com algumas entidades paraenses o lançamento em Belém. Estamos tentando desenvolver um trabalho em

Acervo ISA

estreita cooperação com as entidades locais ,que nesse primeiro momento tem se baseado numa preocupação de nossa parte em enviar a tais organizações todas as informações que dispomos.Foi opinião unânime das pessoas com que conversamos em Belém de que a campanha em São Paulo (e seu sucesso) é fundamental para fortalecer (e mesmo iniciar) qualquer movimento em Belém. Enquanto estávamos em Belém, foi aprovada a criação da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente que ficará responsável pela aprovação dos RIMAs (relatórios de impacto ambiental). Para nossa campanha, esta mudança (antes a decisão estava no âmbito da Secretaria de Saúde) foi muito importante, pois dentro desta nova secretaria, o IDESP será o órgão responsável pela apreciação dos RIMAs. Os pesquisadores que trabalham neste instituto são extremamente competentes e se dispuseram a trabalhar conosco na campanha, auxiliando-nos no que fosse possível.

No mês de maio, estivemos ainda em Altamira conversando com os índios Juruna e Xipaia e com a população da cidade. Aproveitamos para trabalhar junto com os agentes de pastorais, a CPT local e também com a equipe do jornal O Kaiapó, levando as informações de que dispunhamos e trocando experiências. Tivemos a oportunidade de conversar com Suzana Prudente Costa que trabalha no jornal dirigido por José de Ribamar Darwich e consideramos este jornal um veículo importante para a campanha. Infelizmente, Suzana tem planos de mudar-se para São Paulo onde pretende cursar a pós-graduação no próximo ano, mas enquanto ela permanecer em Altamira tentaremos desenvolver um trabalho conjunto e, de qualquer forma, o senhor Darwich dará continuidade a publicação do jornal.

Do que pudemos observar em Altamira, concluímos que, apesar de já ter

Acervo ISA

sido organizada uma manifestação contra a barragem (cf.xerox das fotos), ainda não está claro para a população de Altamira se a hidrelétrica é algo positivo ou não. Os funcionários da ELETRONORTE e do CNEC têm alegado que graças a barragem a cidade receberá asfalto, saneamento, iluminação, etc. Nossa linha de argumentação com a população foi a de que eles têm direito a tais "benefícios" independentemente da hidrelétrica. Evidentemente, este é um processo que está apenas começando, mas considero importante ressaltar que Prelazia do Xingu vem desenvolvendo, há muitos anos, um trabalho de base na região e que ela,sem dúvida, tem condições de discutir com a população local esta questão e auxiliar na mobilização. Neste sentido, temos trabalhado em estreita cooperação com a Prelacia e temos recebido, desde o início, todo o apoio de D. Erwin Krautler, Bispo do Xingu e presidente do CIMI.

Como é de conhecimento da OXFAM, a CPI/SP irá preparar uma publicação destinada diretamente a população regional. Em agosto, estaremos divulgando um pequeno folheto com informações básicas sobre o projeto, com 20.000 exemplares.Já no início de 1989, estaremos publicando um caderno um pouco maior, também para a população diretamente atingida. Este caderno conterá muitas ilustrações e mapas de forma a ser acessível a um público que pouco lê. Para a elaboração deste caderno, está planejada uma estadia em Altamira, de forma que o conteúdo da publicação possa ser discutido e determinado junto com a população regional e as organizações locais. Se tais objetivos forem alcançados, esperamos que entidades locais possam assumuir a autoria deste caderno junto com a CPI/SP.

Neste sentido ainda, estamos dando os primeiros passos para trabalhar conjuntamente com a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens-CRAB uma organização do sul do país que trabalha com cerca de 200.000 pessoas ,atingidas pelas hidrelétricas de Itá e Machadinho e que, nesse momento, tenta articular-se nacionalmente. Neste mês, tivemos a

Acervo ISA

oportunidade de, juntamente com o EDF, promover a vinda de Luis Dalla Costa (secretário geral da entidade que encontrava-se em San Francisco/CA) até Washington, de forma que ele pode conversar com representantes do Banco Mundial, NGOs locais e tentar levantar fundos para o primeiro encontro nacional dos atingidos por barragens, a se realizar em agôsto deste ano. No mês de julho, estaremos nos reunindo com representantes da CRAB para analisarmos que tipo de trabalho poderíamos desenvolver juntos. Uma linha de cooperação, será provavelmente a centralização e organização de informações na CPI/SP que seriam usadas pela CRAB (e outros movimentos) quando necessário ,e o auxílio na articulação da CRAB com os engenheiros, físicos, etc. que vem discutindo temas como a conservação de energia e formas alternativas de geração de energia elétrica - solicitação direta do movimento , que quer incorporar este tipo de argumentação na sua luta.

Finalmente, gostaríamos de salientar que, desde o início, tinhamos ciência de que o dossiê não se destinava ao píblico regional, no entanto, consideramos este trabalho extremamente importante, dentro da estratégia que busca o envolvimento das organizações de engenheiros, geólogos, físicos na questão, assim como da população dos grandes centros urbanos - para onde será destinda a energia gerada pelas hidrelétricas do Xingu.Consideramos que o envolvimento destes setores não será conseguido apenas sensibilizando-os para os problemas dos diretamente afetados, mas fazendo-os compreender que eles também serão atingidos, enquanto consumidores de energia e enquanto pagadores de impostos (e também da dívida externa brasileira). Consumir cinco ou dez bilhões de dólares numa hidrelétrica tem consequências para o país como um todo. Da mesma forma, acreditamos que é possível envolver os setores urbanos na luta pelo acesso as informações e por um processo democrático de decisão (reivindicação que envolve não só o setor elétrico, mas vale para o país como um todo) assim como ,na busca de alternativas - e esta

Acervo ISA

última é a principal razão que nos levou a trabalhar com os engenheiros. Acreditamos também que para que haja possibilidade de uma campanha realista e bem sucedida no Brasil hoje, é preciso dispor de informações precisas e muito bons argumentos ,e é por este motivo que iniciamos o trabalho com a elaboração do dossiê, procurando envolver diversos pesquisadores e associações científicas. Acreditamos que nosso próximo passo agora é repassar tal conhecimento a população diretamente atingida e esperamos poder contar nessa tarefa, mais uma vez ,com o apoio da OXFAM.

Gostaria de colocar-me sempre a disposição da OXFAM na Inglaterra ou no Brasil para fornecer todas as informações sobre o projeto, assim como, sobre nossas atividades. Aproveito para agradecer novamente o apoio imprescindível que esta organização vem dando ao nosso trabalho.

Atenciosamente,

Lúcia Andrade

Lúcia Andrade

Comissão Pró-Indio/ SP
R. Ministro Godoy, 1484
São Paulo SP 05015
Brasil